

# COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

## CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2007

#### Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia – CoceL submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

#### CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EMPRESA

A Companhia Campolarguense de Energia – CoceL, atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 39 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

A CoceL realizou neste exercício, investimentos em equipamentos e serviços, tendo em vista a necessidade constante da melhoria da qualidade da energia que é entregue aos seus clientes.

Além disso, houve atuação relevante no âmbito da manutenção elétrica através principalmente, da contratação de serviços especializados, que são requeridos em função da complexidade das operações do sistema elétrico.

#### CARTA DO PRESIDENTE

Prestes a completar 40 anos, a Companhia Campolarguense de Energia – COCEL – tornou-se para Campo Largo uma grande empresa, eis que tem origem em nossa cidade e representa uma das principais potencialidades do município para atrair empresas, portanto, gerar empregos. Temos como princípios norteadores de nossas atividades a busca pela qualidade e capacitação. A atuação neste ramo energético traz diariamente inúmeros desafios, o que nos tornou uma empresa com potencial de crescimento e desenvolvimento.

No decorrer destes anos temos efetuado importantes conquistas e investimentos. Nos últimos dois anos foi renovada toda a frota de veículos da empresa, a fim de viabilizar economia e principalmente melhorias no atendimento a todo o Município de Campo Largo. Não podemos esquecer que Campo Largo é um dos maiores municípios do Estado do Paraná em extensão territorial, o que requer um desdobramento muito grande de equipes e equipamentos a disposição.

No que tange à distribuição de energia, o elevado comprometimento do quadro funcional e da participação financeira da COCEL, juntamente com a parceria do Governo Federal, tornaram possível atender a população rural, proporcionando-lhes melhores condições de moradia. Em 2001/2002 foram atendidas 318 casas com o programa Luz no Campo. Já o programa Luz para todos, que foi implantado em 2004, atualmente atende 850 famílias no âmbito rural, sendo que até o final da execução tem-se a perspectiva de que sejam atendidas mais 300 famílias, tudo sem custo para os consumidores. Há, ainda, o Programa da Luz Fraterna que atende em média 3 mil consumidores ao mês, bem como o Programa Baixa Renda que mensalmente beneficia 10.011 famílias.

A COCEL vem desenvolvendo atividades de suma importância no contexto social, eis que a partir de 2007 passou a destinar 5% do seu lucro líquido para entidades beneficentes. Os valores são repassados para o pagamento das faturas de energia e desenvolvimento de projetos sociais como iluminação de campos, doação de equipamentos e instalações. Portanto, a COCEL não mede esforços para colaborar na transformação da situação social da comunidade Campolarguense.

A COCEL visando a expansão da empresa, está imbuída no propósito de modernização e ampliação do sistema de distribuição, assim como pretende no futuro próximo, dar novos e importantes passos em matéria de geração de energia, com a realização do pedido de registro junto a ANEEL para estudos dos inventários dos rios Açungüê e Ribeira, procedimento que assume, neste momento, importância crucial para o desenvolvimento futuro da empresa. Dentro desta estratégia, a COCEL assumirá um papel relevante, sendo um dos seus objetivos essenciais a aproximação com os consumidores, assim como a busca para a minimização dos custos da energia, consolidando a sua capacidade contínua de gerar soluções sustentadas para os seus negócios, bem como para seu crescimento e desenvolvimento

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



**Assembliá Geral Ordinária:** obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais, examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

**Conselho de Administração:** Composto por dez acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

**Conselho Fiscal:** Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

**Diretoria:** Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

**Controladoria:** No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº. 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

#### ACIONISTAS

O Capital Social da CoceL em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 22 milhões, representado por 500 milhões de ações sem valor nominal e distribuídas conforme citado no item 4.30 das Notas Explicativas.

#### AUDITORIA EXTERNA

A CoceL tem como contratada a empresa HLB Auditlink Auditores & Consultores para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

#### SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais.

#### ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia  
A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população atual de 105.492 habitantes e área de 1359 km².

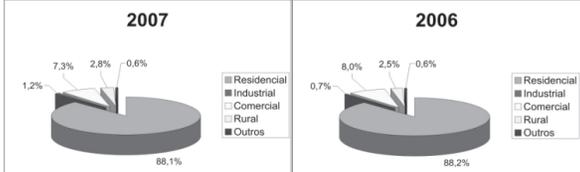
#### Atendimento ao Consumidor

O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da CoceL e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da CoceL sem sair de casa. A CoceL conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

#### Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano, 1.294 novas ligações, das quais 1.129 são da classe residencial e 124 da classe Rural e que se referem na sua totalidade do Programa Luz para Todos. Totalizando no final do exercício 35.871 consumidores contra 34.577 em 2006; representando um crescimento de 3,74%, com destaque para a classe residencial que representa 88,15% do número de consumidores.

A CoceL efetuou atualização de seu cadastro de consumidores, objetivando eliminar algumas inconsistências na classificação das atividades, especificamente as classes residencial e comercial.



#### Serviço de Tele-atendimento

O serviço de call-center é oferecido pela CoceL através do telefone 0800-726-2121, onde os consumidores podem fazer solicitações comerciais, reclamações de falta de energia, entre outros serviços. No ano de 2007 ampliamos o horário de atendimento do call-center com adequação do quadro de funcionários para melhor atender o cliente. O setor de atendimento efetuou 5844 atendimentos, destes, 2804 foram via tele-atendimento e 3040 atendimentos através do balcão de atendimento em nossa Sede Administrativa.

#### Agência Virtual

Através da Internet, a CoceL disponibiliza a seus clientes serviços como: consulta a histórico de faturas, emissão da Segunda via da conta de luz, solicitação de serviços e avisos sobre os horários e locais dos desligamentos programados para melhorias do sistema de distribuição.

#### Agentes Arrecadores

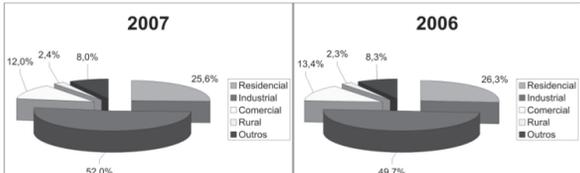
A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a CoceL conta com 32 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotificados, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município e região metropolitana.

#### Ouidoria

A Ouvidoria da CoceL é o órgão superior à disposição do cliente, para sugestões e críticas, que amplia os canais de comunicação da Empresa com seus consumidores, permitindo um tratamento equânime aos seus pleitos. No ano de 2007, a Ouvidoria atendeu a 55 manifestações de clientes, sendo 07 atendimentos junto a ANEEL, nenhum do PROCON e 48 na sede da COCEL.

#### ASPECTOS OPERACIONAIS

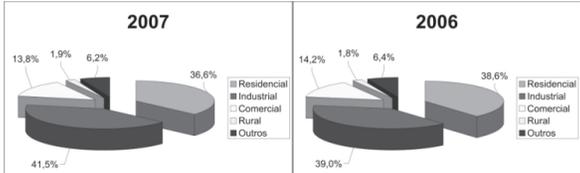
A classe industrial com 426 consumidores, representa 1,2% do total de consumidores, 52,01% do mercado de vendas de energia em kWh, e 41,53% do faturamento líquido. A relação consumidores/empregados passou de 437 para 326 consumidores para cada empregado em 2007. A energia requerida ao longo do exercício de 2007, adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia – COPEL apresentou um crescimento de 8,26%, passando de 200.252 MWh para 216.792 MWh em 2007. O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2007, totalizou 201.273 MWh um crescimento de 6,24%, comparando com a energia faturada no ano de 2006, que totalizou 189.448 MWh.



#### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### Receta de Fornecimento de Energia Elétrica

Em 30 de março de 2007, conforme a Resolução nº 441 de 27/03/2007/ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual quando as tarifas foram reajustadas em média 10,94%. Com a aplicação do realinhamento tarifário, o efeito médio por classe de consumo foi de 8,62% para Baixa Tensão 14,28% para Alta Tensão, já considerado o Fator X (0,6101), sendo Xc = 0,2779%, Xc = negativo de 0,0240% e Xa = 0,3477%. O faturamento de energia elétrica incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 15,63%, passando de R\$ 60.277 mil para R\$ 69.699 mil em 2007, decorrente do aumento do número de consumidores e principalmente do reajuste tarifário anual ocorrido em 30 de março de 2007.



#### Tarifas de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica excluído o valor do ICMS em 2007, atingiu R\$ 259,12/MWh,

com aumento de 10,04% com relação a dezembro de 2006.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 7,2%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh – DEZ
Residencial	327,32
Industrial	139,92
Comercial	253,03
Rural	179,35
Poder Público	267,27
Outros	163,99
Tarifa Média	205,80

#### QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através do Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas, SGD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício foram de 15,61 e 12,46 respectivamente.

#### ENCARGOS SETORIAIS – ESCLARECIMENTOS

**Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo sua vigência estendida até 2010, através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitado a 3,0% de sua receita anual. Sua gestão fica a cargo da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras.

**Conta de Consumo de Combustíveis (CCC):** Criado pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973. Pago mensalmente por todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoelétricas. A partir do ano de 2006, restringe-se a cobertura de custos de geração termoelétrica dos sistemas isolados. Sua gestão fica a cargo da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras.

**Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE):** Instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissória ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL, com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades e é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

**Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA):** Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base na Resolução Normativa nº 127, de 6 de dezembro de 2004, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que pagam pela utilização das redes de distribuição, calculadas com base na previsão de geração de energia das usinas integrantes do PROINFA e nos referentes custos apresentados no Plano Anual específico elaborado pela ELETROBRÁS. São excluídos deste rateio os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda com consumo igual ou inferior a 80 kWh/mês. Sua gestão fica a cargo da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras.

**Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela ANEEL; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento de mercado e pelo IPCA. Sua gestão fica a cargo do Ministério de Minas e Energia e da ELETROBRÁS.

**P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e Eficiência Energética:** Criado pela Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece que as concessionárias e permissórias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a ANEEL, a ELETROBRÁS e os próprios agentes.

#### ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido foi de R\$ 3.522 mil contra R\$ 4.634 mil obtido no exercício anterior. A receita operacional líquida atingiu R\$ 41.910 mil, que representa um aumento de 24,32% sobre o ano anterior que foi de R\$ 33.711 mil, resultado do aumento do número de consumidores e do reajuste tarifário ocorrido a partir de março de 2007.

As despesas operacionais totalizam R\$ 34.972 mil, sendo 30,65% superiores a 2006. Esta variação é decorrente do aumento de 34% verificado na compra de energia e de outros custos gerenciados como pessoal, material e serviços de terceiros que tiveram aumento de 34,7%.

O lucro líquido representou um retorno de 19,84% sobre o patrimônio líquido de 2006.

Através do Despacho nº 3073 de 28 de Dezembro de 2006 – SFF/ANEEL, determinou-se que as Concessionárias de Energia, reclassificassem as naturezas de gastos relacionados a: Programa de Eficiência Energética – PEE; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Conta de Consumo de Combustível – CCC e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, alterando assim o grupo de despesas. Ocorreu então reclassificação destas naturezas no Demonstrativo de Resultado – DRE, que passou a figurar como DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL e não mais do CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA, inclusive para dados de 2006.

#### INVESTIMENTOS

Dando continuidade na busca pelo aperfeiçoamento do seu sistema e principalmente visando nossos consumidores, a CoceL aplicou parcela significativa de recursos em melhoria e reforço de redes, dando uma ênfase maior às obras de ampliação que propiciam um número cada vez maior de campolarguenses com acesso à energia elétrica, principalmente na área rural.

Com a finalidade de melhorar a qualidade de segurança da população foram instaladas 525 novas luminárias em diversas ruas centrais e bairros do município. Em destaque podemos citar: rua Joaquin Stroparo, Av. Canal, rua Aloísio Domanski, rua Amazonas e rua Paraíba.

As obras executadas nas Redes de Distribuição de Energia Elétrica na área de concessão da Companhia Campolarguense de Energia são divididas nas seguintes categorias:

- **Ampliação de Rede Urbana e Rural** – Tratam-se de investimentos realizados pela COCEL em obras de expansão do seu sistema de distribuição de energia elétrica tanto no perímetro urbano como no interior do Município. Ampliação de alimentadores, redes de iluminação pública, atendimento a condomínios e loteamentos são alguns exemplos de obras de ampliação de rede.

- **Melhoria de Rede Urbana e Rural** – Investimentos efetuados pela COCEL em melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica a seus consumidores. Trata-se de obras cujo investimento é bancado inteiramente pela COCEL, uma vez que são necessárias para a energia elétrica, que chega até os seus clientes, esteja dentro dos padrões mínimos exigidos pelo órgão regulador (ANEEL).

- **Reforço de Rede Urbana e Rural** – Investimentos realizados na rede de distribuição de energia elétrica sempre que ocorre uma solicitação de aumento de carga por parte dos consumidores e que acarretem uma necessidade de reforço no sistema existente.

- **Programa “Luz para Todos”** – Programa de eletrificação rural implantado pela COCEL em parceria com o Ministério de Minas e Energia e a ELETROBRÁS, com o objetivo de criar melhores condições para que os moradores do interior do município tenham acesso aos benefícios da energia elétrica.

#### RESUMO DAS OBRAS REALIZADAS

Ao longo do período, a CoceL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”. Nesse período, as redes de distribuição da CoceL foram ampliadas em mais de 112 mil metros e 265 transformadores foram instalados ou substituídos, proporcionando aumento na capacidade instalada de transformação da ordem de 4.733 kVA.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2007.

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtd.de Obras	Investimento (R\$ em mil)
Ampliação Urbana	6.359	2.881	194	17	358	48	354
Reforço Urbano	517	923	32	9	593	10	103
Melhoria Urbana	12.419	3.137	230	36	1.070	73	856
Ampliação Rural	1.292	5.820	103	24	315	24	135
Reforço Rural	517	923	32	9	593	9	102
Ampliação Rural	3.129	4.959	146	30	410	42	323
Luz para Todos	3.628	65.087	736	140	1.395	105	1.519
TOTAL	27.862	83.730	1.473	265	4.733	311	3.392

Com base nessas informações podemos destacar alguns pontos:

- 60% dos investimentos (aproximadamente R\$ 2.079 mil) foram empregados em obras no interior do município com destaque para o Programa Luz para Todos onde foram aplicados 45% dos investimentos do ano.
- Aproximadamente R\$ 1.179 mil, foram aplicados em obras de melhoria das redes de distribuição de energia em todo o município.

#### PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2007, 199 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 779 – cerca de 3.800 habitantes.

#### QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Metas	Realizado 2004/2006	Realizado 2007	Realizado Total
Consumidores	820	589	190	779
Padrões de entrada	811	583	190	773
Kit Instalação interna	663	454	161	615
Km de rede A.T.	174	132	66	198
Km de rede B.T.	16	12	5	17
Km de Rede conjugada	5	5	1	6
Postes	2.471	1.555	745	2.300
Transformadores	477	369	133	502
Potência instalada (kVA)	5.430	3.835	1.505	5.340

O cadastro para o atendimento de novas unidades consumidoras pode ser feito até 31 de março de 2008, segundo determinação da ELETROBRÁS. Para atender o maior número possível de campolarguenses, a COCEL iniciou uma campanha de divulgação do Programa em jornais e rádios município. Tendo em vista o volume de solicitações e projetos executados até o momento, temos uma previsão de atender mais 220 consumidores em 2008, o que fará com o Programa Luz para Todos na COCEL atenda um total de aproximadamente 1.000 novas unidades consumidoras até o seu término previsto para Dezembro de 2008.

#### NÚMERO LIGAÇÕES (2004 – 2007)

Consumidores	2004	2005	2006	2007	TOTAL
	42	202	345	190	779

#### PROGRAMA DE EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais tem objetivaram a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico. Nestes trabalhos aplicamos os recursos devidos em projetos de uso final, na eficiência energética em: Poderes Públicos, que consistiu na substituição de lâmpadas e equipamentos convencionais por lâmpadas e equipamentos que incorporam tecnologias mais eficientes nas Secretarias da Prefeitura de Campo Largo composto de 16 blocos, separados por corredores, vias de circulação para pedestres, estacionamento, Casa do Executivo, Escola Municipal Mauro Portugal e Creche Municipal Rudolf Grüger. Valor investido = R\$ 114 mil. Atendimento a Comunidades de Baixa Renda, que consistiu na aplicação de recursos devidos em comunidades de baixo poder aquisitivo, com a distribuição de lâmpadas compactas fluorescentes em substituição a lâmpadas incandescentes 60W. Na substituição das lâmpadas, os consumidores foram instruídos sobre o uso racional de energia, além de serem contemplados com uma cartilha educativa sobre economia e prevenção de acidentes. Valor Investido = R\$ 104 mil. Além das ações propostas e executadas, o setor de Eficiência Energética em conjunto com o Conselho de Consumidores da CoceL e o Lactec, coordenou uma palestra na Associação Comercial e Industrial de Campo Largo intitulada: “Uso Racional da Energia Elétrica na Indústria”. A economia alcançada foi de 976,25 MW/h/ano e uma redução de demanda de 492,97 KW com o investimento total do projeto de R\$ 218 mil.

#### PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A COCEL finalizou o projeto firmado com a LACTEC visando o desenvolvimento de ferramenta computacional que

permite a avaliação das perdas elétricas, redução do desperdício de energia e melhoria das condições operativas da rede elétrica, levando em consideração os parâmetros dos equipamentos utilizados na distribuição de energia, tendo sido aplicado em 2007 o valor de R\$ 32 mil.

#### POLÍTICAS SOCIAIS E DE RECURSOS HUMANOS

Responsabilidade Social é muito mais do que um simples ato de filantropia motivado por marketing promocional da empresa ou de relações públicas, é mais nobre do que garantir que o nosso produto seja seguro e confiável, mais nobre do que gerar riquezas e empregos, ou recolher impostos na condução normal de negócios. A Responsabilidade Social para a CoceL é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobretudo, uma atitude proativa de estender a mão aos mais carentes, é ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda sua atuação, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

#### PROJETO SOCIAL

A CoceL instituiu em 2007, o PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS SOCIAIS, onde será destinado 5% (cinco por cento), do seu lucro líquido anual a instituições sem fins lucrativos, o programa da CoceL de apoio a projetos sociais visa patrocinar com 5% do seu lucro líquido anual as despesas de conta de luz das entidades beneficiadas, bem como financiar projetos que priorizem o desenvolvimento de atividades voltadas à cidadania, à criação e à adoção de idosos, ao deficiente físico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

#### TARIFA SOCIAL

Ao longo dos últimos anos, a COCEL vem promovendo a reclassificação da subclasse Residencial Baixa Renda conforme resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica dentro dos seguintes critérios: Até 79 kWh: todos os consumidores residenciais monofásicos, com base na média móvel dos últimos doze meses, sendo apenas uma unidade por consumidor. Até 220 kWh, todos os consumidores residenciais monofásicos, com base na média móvel dos últimos 12 meses e que o responsável pela unidade consumidora deverá demonstrar que pertence à família inscrita no Cadastro Único do Governo Federal e que atende às condições que o habilitam a ser beneficiário do Programa Bolsa Família, e que possa render mensal “per capita” não ultrapassando o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

#### PROGRAMA “LUZ FRATERNA”

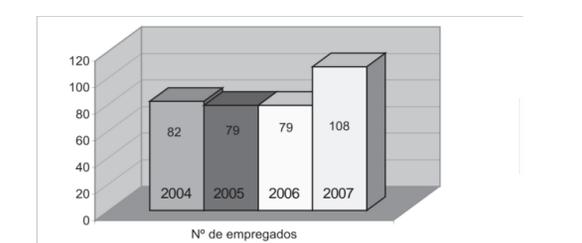
Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que paga a fatura de energia que não ultrapasse 100 kWh no mês para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo, atende ainda os consumidores que estejam na classe rural com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor no máximo de 50 ampères, e que possuam em ambas as classes somente uma unidade consumidora em seu nome.

#### POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2007, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 2.000 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.989 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

#### Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 108 colaboradores.



# BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais	
<b>ATIVO</b>	
	reclassificado
	<b>2007</b> <b>2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>	
Numerário disponível	746      1.827
Numerário em trânsito	306      269
Aplicações financeiras	2.690      -
Consumidores, concessionários e permissionários	7.867      7.210
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(683)      (716)
Devedores diversos	755      781
Serviços em curso	14      201
Estoque	731      665
Despesas pagas antecipadamente	182      719
Outros créditos	294      426
	<b>12.902</b> <b>11.382</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Títulos e valores mobiliários	195      195
Ativo regulatório - PASEP/COFINS	-      332
Cauções e depósitos vinculados	1.135      1.061
Depósitos judiciais	5      67
Tributos e contribuições sociais compensáveis	327      470
	<b>1.662</b> <b>2.125</b>
<b>PERMANENTE</b>	
Investimentos	289      289
Imobilizado	31.419      29.444
( - ) Obrigações Vinculadas à Concessão	(5.584)      (5.454)
	<b>26.124</b> <b>24.279</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>40.688</b> <b>37.786</b>
<b>PASSIVO</b>	
	reclassificado
	<b>2007</b> <b>2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>	
Fornecedores	2.945      2.737
Folha de pagamento	362      124
Tributos e contribuições sociais	1.863      1.802
Participação nos lucros	250      225
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.000      1.167
Empréstimos e financiamentos	181      215
Cretores diversos	210      230
Obrigações estimadas	602      570
Encargos do consumidor	293      453
Encargos tarifários	11      11
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	827      862
Provisões para contingências	60      -
Outras contas a pagar	229      325
	<b>8.833</b> <b>8.722</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Tributos e contribuições sociais	1.135      1.061
Empréstimos e financiamentos	1.193      1.115
Provisões para contingências	301      412
	<b>2.629</b> <b>2.588</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Capital social	22.000      20.000
Reservas de capital	-      -
Reservas de lucros	7.728      6.195
Lucros acumulados	(503)      282
	<b>29.225</b> <b>26.476</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>40.688</b> <b>37.786</b>

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores R\$ mil)	
	<b>2007</b> <b>2006</b>
<b>ORIGENS</b>	
Das operações	
Lucro líquido do exercício	5.252      4.634
Ajuste de exercício anterior	(503)      0
Despesas (receitas) que não afetam o cap. circ. líquido	
- Depreciação e amortização	1.886      1.762
- Crédito PASEP/COFINS - depreciação	52      32
Baixa do ativo imobilizado	95      121
Provisões no Passivo Não Circulante	-      294
	<b>6.782</b> <b>6.843</b>
De terceiros	
Empréstimos e Financiamentos	194      606
Contribuição e doação de consumidor	131      797
Redução no Ativo Não Circulante	462      875
Aumento no Passivo Não Circulante	75      -
	<b>862</b> <b>2.278</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>7.643</b> <b>9.121</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	
No imobilizado	4.008      6.986
Nos dividendos propostos	2.000      1.850
Transferência do Não Circulante para Circulante	-      -
Financiamento	116      159
Outros	59      98
Redução no Passivo Não Circulante	51      -
	<b>6.234</b> <b>9.093</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>6.234</b> <b>9.093</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>1.409</b> <b>28</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	
Ativo Circulante	
No início do exercício	11.382      9.665
No fim do exercício	12.902      11.381
	<b>1.520</b> <b>1.716</b>
Passivo Circulante	
No início do exercício	8.722      7.034
No fim do exercício	8.833      8.722
	<b>111</b> <b>1.688</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>1.409</b> <b>28</b>

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores R\$ mil)	
	<b>2007</b> <b>2006</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	
Fornecimento de energia elétrica	69.699      60.277
Outras	633      521
	<b>70.332</b> <b>60.798</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	
Quota para reserva global de reversão	(431)      (353)
ICMS	(17.290)      (15.309)
PASEP/PIS	(1.265)      (1.247)
COFINS	(5.807)      (5.384)
Encargos de capacidade emergencial	-      (9)
Conta de Desenvolvimento Energético	(1.628)      (1.392)
Quota para a conta de consumo de combustível	(1.347)      (2.827)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficientização Energética	(654)      (566)
	<b>(28.422)</b> <b>(27.087)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>41.910</b> <b>33.711</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
Pessoal	(7.119)      (5.165)
Material	(599)      (606)
Serviços de terceiros	(2.571)      (1.867)
Energia elétrica comprada para revenda	(21.380)      (15.955)
Proinfa	(344)      (175)
Depreciação e amortização	(1.886)      (1.762)
Provisão p/cred. liquidação duvidosa	33      (153)
Provisão para contingências	31      (295)
Outras despesas	(1.137)      (789)
	<b>(34.972)</b> <b>(26.767)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>6.938</b> <b>6.944</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	
Variação monetária e acréscimo moratório-energia vendida	708      566
Outras receitas financeiras	278      262
Juros sobre capital próprio	(2.000)      (1.850)
Outras despesas financeiras	(707)      (659)
	<b>(1.721)</b> <b>(1.681)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.217</b> <b>5.263</b>
<b>RECEITA NÃO OPERACIONAL</b>	207      10
<b>DESPESA NÃO OPERACIONAL</b>	(60)      (58)
	<b>147</b> <b>(48)</b>
<b>Lucro antes da contribuição social, imposto de renda,</b>	<b>5.364</b> <b>5.215</b>
Contribuição social	(502)      (599)
Imposto de renda	(1.364)      (1.608)
	<b>3.498</b> <b>3.008</b>
<b>Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>3.498</b> <b>3.008</b>
<b>PARTICIPAÇÕES</b>	(246)      (224)
<b>Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>3.252</b> <b>2.784</b>
<b>Reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	2.000      1.850
<b>Lucro líquido do exercício / período</b>	<b>5.252</b> <b>4.634</b>
<b>Lucro por lote de 1.000 ações - RS</b>	<b>10,505</b> <b>9,267</b>

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 (Valores R\$ mil)	
	<b>2007</b> <b>2006</b>
<b>1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
Receitas de vendas de energia e serviços	70.332      60.798
Receitas não operacionais	207      10
Menos :	
<b>Insumos</b>	
Custo da energia comprada	(21.380)      (15.955)
Serviços de terceiros	(2.430)      (1.740)
Materiais	(599)      (606)
Outros custos operacionais	(1.121)      (1.587)
Outros custos não operacionais	(60)      (58)
	<b>(25.590)</b> <b>(19.946)</b>
<b>2 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>44.949</b> <b>40.862</b>
Quotas de reintegrações	1.886      1.762
<b>3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>43.063</b> <b>39.100</b>
Receitas financeiras líquidas	211      230
<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>43.274</b> <b>39.330</b>
<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
Remuneração do trabalho	7.489      5.516
Governos:	
( Impostos, taxas e contribuições )	29.978      28.904
Aluguéis	487      215
Juros s/capital próprio / dividendos	2.000      1.850
Lucros retidos	3.252      2.784
Juros de financiamento	68      61
	<b>43.274</b> <b>39.330</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 (Valores R\$ mil)	
	<b>2007</b> <b>2006</b>
	<b>Capital Social</b> <b>Reserva de capital</b> <b>Reservas de Lucros</b> <b>Lucros acumulados</b> <b>TOTAL</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005</b>	<b>17.500</b> <b>20</b> <b>5.891</b> <b>282</b> <b>23.693</b>
Aumento do capital social: AGO/AGE - 31/03/2006	
Com reservas	2.480      -      (2.480)      -      -
Outras Reservas de Capital	-      20      (20)      -      -
Lucro líquido do exercício	-      -      -      4.634      4.634
Destinação do lucro proposta a AGO:	
Ajuste de Exercício Anterior	-      -      -      0      0
Reserva legal	-      -      232      (232)      -
Reserva de retenção de lucro	-      -      2.552      (2.552)      -
Juros s/ capital próprio ( R\$3,70 p/ lote 1000 ações)	-      -      -      (1.850)      (1.850)
	<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b> <b>20.000</b> <b>-</b> <b>6.195</b> <b>282</b> <b>26.476</b>
Aumento do capital social: AGO/AGE - 30/03/2007	
Com reservas	1.718      -      (1.718)      -      -
Com Lucros Acumulados	282      -      -      (282)      -
Lucro líquido do exercício	-      -      -      5.252      5.252
Destinação do lucro proposta a AGO:	
Ajuste de Exercício anterior	-      -      -      (503)      (503)
Reserva legal	-      -      263      (263)      -
Reserva de retenção de lucro	-      -      2.989      (2.989)      -
Juros s/ capital próprio ( R\$ 4,00 p/ lote 1000 ações)	-      -      -      (2.000)      (2.000)
	<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b> <b>22.000</b> <b>-</b> <b>7.728</b> <b>(503)</b> <b>29.225</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo do Município de Campo Largo, que detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

### 2. DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

- Reajuste Tarifário Anual;
- Revisão Tarifária Extraordinária;
- Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/98, que foi assinado em 30 de Março de 1999, a primeira revisão tarifária periódica ocorreu em 30 de Março de 2004 que constituiu em estabelecer o repositamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- X que reflete os ganhos de produtividade esperados derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto por maior consumo dos consumidores existentes, como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;

- X que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;

- X que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A parcela A envolve os chamados "custos não gerenciais" pela concessionária, relacionados a distribuição de energia elétrica e explicitamente indicados no contrato. São custos cujo montante e variações escapam à vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais.

A Parcela B compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os ditos "custos gerenciais". São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária – ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Legislação Societária e, também, segundo as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Tendo em vista a alteração promovida pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPE, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, passam a ser classificadas no grupo Deduções da Receita Operacional, saindo do grupo de Despesas Operacionais. Desta maneira, na Demonstração de Resultado do Exercício, foi efetuada a respectiva reclassificação no exercício de 2007 para compatibilizar a comparabilidade das informações.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### CIRCULANTE

##### 4.1 NUMERÁRIO EM TRÂNSITO

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

##### 4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, em títulos de renda fixa, estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### 4.3 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal, é feito a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Fornecimento Faturado	5.093	4.665
Fornecimento n/Faturado	2.534	2.278
Outros	240	267
<b>Total</b>	<b>7.867</b>	<b>7.210</b>

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe.

Consumidor/Concessionária	Saldos Vencidos	Vencidos até 120 Dias	Vencidos há mais de 120 Dias	Total
Residencial	1.025	1.033	283	2.341
Industrial	869	344	158	1.371
Comércio, Serv. Outras Atividades	336	421	98	855
Rural	32	19	-	51
Poder Público	81	38	61	180
Iluminação Pública	206	-	-	206
Serviço Público	88	-	-	88
<b>Total - Consumidores</b>	<b>2.637</b>	<b>1.855</b>	<b>600</b>	<b>5.092</b>

##### 4.4. PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O valor da provisão para devedores duvidosos, constituída no montante de R\$ 683 mil, é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

##### 4.5. DEVEDORES DIVERSOS

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Tributos e Contribuições Sociais	661	680
Empregados	86	99
Outros	8	2
<b>Total</b>	<b>755</b>	

# NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)

	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)	2007	2006
(-) Depreciação Acumulada			
Máquinas e Equipamentos	5.1%	(9)	(8)
Móveis e Utensílios	9.5%	(5)	(4)
<b>Subtotal</b>		<b>(14)</b>	<b>(12)</b>

**Total da Comercialização** 27 29

## OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

Participação Financeira	2007	2006
Imobilizado em Serviço	(4.616)	(4.415)
Imobilizado em Curso	(875)	(895)
Pendente de Recebimento	(90)	(133)
Valor Não Aplicado	(3)	(11)
<b>Sub-Total</b>	<b>(5.584)</b>	<b>(5.454)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>25.835</b>	<b>23.990</b>

As obrigações especiais, referem-se aos recursos recebidos dos consumidores e da União, para possibilitar a execução de obras de ampliação e ou reforço de rede, necessárias ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

De acordo com a resolução ANEEL nº 02 de 24 de Dezembro de 1997, as taxas de depreciação, dos principais bens em instalações da Companhia registrados e controlados por Unidade de Cadastro – UC, são as seguintes:

Estrutura – Distribuição	5,0%
Condutor – Distribuição	5,0%
Luminária	7,7%
Medidor	4,0%
Transformador de Distribuição	5,0%
Veículo	20,0%
Equipamento Geral	10,0%
Edificação	4,0%

## 4.13. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS E BAIXAS CONCLUÍDAS

DESCRIÇÃO	IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	354	6
Ampliação de Rede Rural	135	1
Reforço de Rede Urbana	103	2
Reforço de Rede Rural	102	7
Melhoria de Rede Urbana	856	208
Melhoria de Rede Rural	323	33
Luz P/ Todos	1.519	-
Equipamentos Geral	416	15
Veículos	119	147
Móveis e Utensílios	15	-
Intangíveis / Softwares	9	-
Medidores	503	54
<b>TOTAL</b>	<b>4.454</b>	<b>473</b>

## 4.14. SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

BEM SEGUERADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
SEDE SOCIAL	Incêndio/Danos Elétricos/Vandal/Responsabilidade Civil	12/11/2007 12/11/2008	500	2
ALMOXARIFADO	Incêndio/Danos Elétricos/Vandal/Responsabilidade Civil	12/11/2007 12/11/2008	300	1
ASCEL	Incêndio/Danos Elétricos/Vandal/Roubo/Furto	12/11/2007 12/11/2008	100	1
SUBESTAÇÃO	Equipamentos da Subestação	29/11/2007 29/11/2008	2.556	48
VEÍCULOS	Casco/Danos Materiais/Morte Acidental Invalidez Perm. Danos Corporais	05/06/2007 05/06/2008	Valor Mercado Referenciado	34
MOTOCICLETAS	Casco/Danos Materiais	15/08/2007 05/06/2008	Valor Mercado Referenciado	8
CÂMERA TERMOGRÁFICA	Danos elétricos/Instalação e Montagem/Incêndio	15/08/2007 05/06/2008	131	12

## 4.15. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de Fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

## PASSIVO CIRCULANTE

### 4.16. FORNECEDORES

	2007	2006
Energia Comprada p/ Revenda	2.751	1.965
Materiais e Serviços	194	772
<b>Total</b>	<b>2.945</b>	<b>2.737</b>

### 4.17. FOLHA DE PAGAMENTO

	2007	2006
Imposto de Renda Retido	51	44
INSS Retido	32	25
Saldo Salários a Pagar	265	45
Sindicato da Classe	1	1
Empréstimos	8	8
Outros	5	1
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>124</b>

## 4.18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007	2006
Imposto de Renda Retido s/Serv.Terceiros	1	1
ICMS	1.407	1.320
FGTS	39	34
INSS	105	88
COFINS	250	289
PASEP	54	63
Contribuição Social	-	-
Outras	7	7
<b>Total</b>	<b>1.863</b>	<b>1.802</b>

## 4.19. CREDORES DIVERSOS

	2007	2006
Conta de Compensação Parcela A – CCC	32	171
Conta de Compensação Parcela A – Energia	160	28
Contas pagas em Duplicidade	14	26
Outros credores	4	5
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>230</b>

Conta de Compensação e Variação de Valores de Itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário do seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a fontes alternativas de Energia – PROINFA e o Custo de Aquisição de Energia Elétrica.

## 4.20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2007	2006
Provisão de Férias/Gratificação	432	408
Provisão INSS/FGTS	170	162
<b>Total</b>	<b>602</b>	<b>570</b>

## 4.21. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	2007	2006
Reserva Global de Reversão	43	40
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	115	295
Conta de Desenvolvimento Energético	135	118
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>453</b>

## 4.22. ENCARGOS TARIFARIOS

	2007	2006
Encargos de Capacidade Emergencial	11	11
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

## 4.23. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	2007	2006
F.N.D.C.T	106	79
M.M.E.	58	40
Instituições de Pesquisa	121	85
Programa de Eficiência Energética	542	658
<b>Total</b>	<b>827</b>	<b>862</b>

## 4.24. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2007	2006
Contribuição p/Custeio de Serv. Il.Pública	132	230
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	71	73
Cauções em Garantia	7	5
Outros	19	17
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>325</b>

## PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 4.25. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007	2006
COFINS	915	852
PASEP	192	181
CPMF	28	28
<b>Total</b>	<b>1.135</b>	<b>1.061</b>

## 4.26. EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO

Em Moeda Nacional	2007		2006	
	Principal + Encargos	Encargos	Principal + Encargos	Encargos
Eletrobrás	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ECF 2041/00	-	-	115	-
ECF 063/04	60	334	62	376
ECF 116/05	111	665	37	739
ECF 182/07	10	194	-	-
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>1.193</b>	<b>214</b>	<b>1.115</b>

- Taxa de Juros de 5% ao ano, “PRO RATA TEMPORIS” sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

- Taxa de Administração de 1% ao ano, vincível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

## 4.27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até 31 de Dezembro de 2007, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados a moeda estrangeira.

## 4.28. CONCENTRAÇÃO DE RISCOS DE CRÉDITOS

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

## 4.29. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2007		2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<b>Trabalhistas</b>	-	85	-	118
<b>Outras</b>	60	215	-	294
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>300</b>	-	<b>412</b>

Em atendimento a Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas estão classificadas como de perdas possíveis ou de muito provável.

## 4.30. CAPITAL SOCIAL

	2007	2006
Prefeitura Municipal de Campo Largo	19.542	17.766
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	2.373	2.157
Demais Acionistas	85	77
<b>Total</b>	<b>22.000</b>	<b>20.000</b>

O Capital Social totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2007	2006
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
<b>Total</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas, um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

## 4.31. RESERVAS DE LUCROS

	2007	2006
Reserva Legal	751	488
Reserva de Retenção de Lucros	6.977	5.707
<b>Total</b>	<b>7.728</b>	<b>6.195</b>

A reserva de retenção de lucros foi constituída de parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

## 4.32. LUCROS ACUMULADOS

	2007	2006
Ajuste de Exercício Anterior	(503)	282
<b>Total</b>	<b>(503)</b>	<b>282</b>

**Ajuste de Exercício Anterior:** refere-se a parcelas da Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA, exclusivamente ao Custo de Aquisição de Energia Elétrica, onde foi efetuado cálculo parcial em 31 de dezembro de 2006 para se levantar se houve pagamentos a menor ou a maior de acordo com a determinação da Resolução nº 306 de 28/03/2006. Com a homologação da Resolução nº 441 de 27/03/2007 e através da Nota Técnica nº 48/2007-SER/ANEEL de 02/03/2007, verificou-se mudança na metodologia de cálculo onde foi a excluída a Demanda. Motivo pelo qual acarretou o ajuste.

## 4.33. CÁLCULO DOS DIVIDENDOS

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de Dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 2.000 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os Dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2007	2006
Lucro Líquido do Exercício	5.252	4.634
(-) Reserva Legal	263	232
Lucro Líquido Ajustado	4.989	4.402
Dividendos Obrigatórios – 25%	1.247	1.100
(-) Juros s/Capital Próprio Imputados	2.000	1.850
Dividendos a Pagar	-	-

## RESULTADO OPERACIONAL

### 4.34. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classes	Nº de Consumidores		MWh		RS (Milhares de Reais)	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Residencial	31.622	30.493	51.540	49.897	19.113	17.238
Industrial	426	235	104.677	94.235	21.660	17.393
Com. Serv. Out. Atividades	2.604	2763	24.102	25.396	7.179	6.331
Rural	1.006	882	4.912	4.330	974	809
Poder Público	174	169	2.281	2.019	724	582
Iluminação Pública	1	1	9.857	9.856	1.780	1.636
Serviço Público	36	32	3.795	3.626	723	620
Consumo Próprio	2	2	109	89	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>35.871</b>	<b>34.577</b>	<b>201.273</b>	<b>189.448</b>	<b>52.153</b>	<b>44.609</b>
ICMS					17.290	15.309
Fornec. Não Faturado					256	358
<b>TOTAL</b>	<b>35.871</b>	<b>34.577</b>	<b>201.273</b>	<b>189.448</b>	<b>69.699</b>	<b>60.276</b>

## 4.35. OUTRAS RECEITAS

	2007	2006
Renda Prestação de Serviços	42	44
Serviço Taxado	263	169
Arrendamento e Aluguéis	278	249
Outros	50	59
<b>Total</b>	<b>633</b>	<b>521</b>

## 4.36. QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

	2007	2006
Quotas Recolhidas no Exercício	431	384
Recolhimento a maior no Exercício em Relação ao Investimento Reversível	0	(31)
<b>Total</b>	<b>431</b>	<b>353</b>

## 4.37. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

	2007	2006
Programa de Eficientização Energética	220	255
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	178	192
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	211	79
Ministério de Minas e Energia – MME	45	40
<b>Total</b>	<b>654</b>	<b>566</b>

## 4.38. DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO

	2007	2006
Depreciação/Amortização	1.938	1.713
Crédito COFINS	(43)	(26)
Créd		